

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Corporação Interamericana de Investimentos

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM MILHARES DE US\$ (EXCETO DADOS SOBRE AÇÕES)	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
ATIVO		
Disponibilidades	\$ 18.273	\$ 28.438
Títulos e valores mobiliários		
Disponíveis para venda	381.634	149.571
Para negociação	312.589	535.439
Mantidos até o vencimento	40.119	40.335
Investimentos		
Empréstimos concedidos	1.026.659	1.061.679
Menos provisão para perdas	(47.056)	(47.414)
	979.603	1.014.265
Participações societárias (US\$ 12.457 e US\$ 14.673 ao valor justo, respectivamente)	26.052	26.637
Total dos investimentos	1.005.655	1.040.902
Contas a receber e outros ativos	28.535	19.828
Total do ativo	\$ 1.786.805	\$ 1.814.513
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 29.441	\$ 63.969
Juros e taxas de compromisso a pagar	2.036	2.606
Captações de curto prazo	121.167	21.498
Captações e dívida de longo prazo	782.335	947.860
Total do passivo	934.979	1.035.933
Capital social		
Autorizado:		
70.590 e 70.590 ações, respectivamente (valor nominal de US\$ 10.000)		
Ações subscritas:		
70.440 e 68.979 ações, respectivamente (valor nominal de US\$ 10.000)	704.400	689.790
Menos subscrições a integralizar	(10.700)	(400)
	693.700	689.390
Lucros acumulados	156.810	137.604
Outras receitas/(perdas) abrangentes acumuladas	1.316	(48.414)
Total do patrimônio líquido	851.826	778.580
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 1.786.805	\$ 1.814.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
RECEITAS		
Receita de empréstimos		
Juros e comissões	\$ 47.161	\$ 48.537
Outras receitas	801	1.357
	47.962	49.894
Participações societárias		
Ganhos na venda	3.269	248
Variações no valor justo	735	(48)
Dividendos	401	527
Outras receitas	30	67
	4.435	794
Títulos e valores mobiliários	9.944	9.109
Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas	6.001	3.562
Total das receitas	68.342	63.359
Despesas com captações e dívidas de longo prazo	16.363	17.173
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	51.979	46.186
(LIBERAÇÃO DE)/PROVISÃO PARA PERDAS COM EMPRÉSTIMOS	(10.104)	188
PERDAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS COM REDUÇÃO NÃO TEMPORÁRIA AO VALOR RECUPERÁVEL (RELATIVAS A CRÉDITO)	49	—
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	42.210	39.952
Perdas/(ganhos) em operações cambiais, líquido	165	(63)
Outras despesas	6	311
Total das despesas operacionais	42.381	40.200
Resultado antes das atividades de assistência técnica	19.653	5.798
Atividades de assistência técnica	447	238
RESULTADO	\$ 19.206	\$ 5.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
RESULTADO	\$ 19.206	\$ 5.560
OUTRAS RECEITAS/(PERDAS) ABRANGENTES		
Reconhecimento de alterações em ativo/passivo nos termos de planos de pensão e de pós-aposentadoria — Nota explicativa 15	49.221	(10.260)
Ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda — Nota explicativa 3	509	473
Total de outras receitas/(perdas) abrangentes	49.730	(9.787)
RECEITAS/(PERDAS) ABRANGENTES	\$ 68.936	\$ (4.227)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM MILHARES DE US\$	AÇÕES SUBSCRITAS	LUCROS ACUMULADOS	OUTRAS RECEITAS/ (PERDAS) ABRANGENTES ACUMULADAS	CAPITAL*	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2011	70.480	\$ 132.044	\$ (38.627)	\$ 684.329	\$ 777.746
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012					
Resultado	—	5.560	—	—	5.560
Outras perdas abrangentes	—	—	(9.787)	—	(9.787)
Varição em ações subscritas	(1.501)	—	—	—	—
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	—	5.061	5.061
Em 31 de dezembro de 2012	68.979	\$ 137.604	\$ (48.414)	\$ 689.390	\$ 778.580
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013					
Resultado	—	19.206	—	—	19.206
Outros resultados abrangentes	—	—	49.730	—	49.730
Varição em ações subscritas	1.461	—	—	—	—
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	—	4.310	4.310
Em 31 de dezembro de 2013	70.440	\$ 156.810	\$ 1.316	\$ 693.700	\$ 851.826

*Deduzidas as subscrições a integralizar.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (306.702)	\$ (352.732)
Desembolsos relativos a participações societárias	(7.130)	(2.628)
Amortização de empréstimos	338.198	283.544
Venda de participações societárias	8.273	3.510
Vencimentos de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	—	6.000
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Compras	(251.920)	(133.596)
Vendas e vencimentos	20.217	15.000
Despesas de capital	(1.274)	(1.170)
Produto da venda de ativos recuperados	9.746	2.334
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	\$ (190.592)	\$ (179.738)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de captações, líquido	(111.662)	(101.979)
Produto da emissão de títulos de captação	50.000	411.472
Subscrições de capital	4.310	5.061
Caixa líquido (aplicado em)/gerado por atividades de financiamento	\$ (57.352)	\$ 314.554
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado	19.206	5.560
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido (aplicado em)/gerado por atividades operacionais:		
Ganhos realizados na venda de participações societárias	(3.269)	(248)
Variação no valor justo de participações societárias	(735)	48
Variação em contas a receber e outros ativos	5.266	2.810
(Liberação de)/provisão para perdas com empréstimos	(10.104)	188
Ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários	(8.525)	(6.886)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	749	5.459
Variação nos ativos líquidos do Plano de Pensões e do PBPA	4.003	3.811
Perdas realizadas com derivativos não especulativos, líquido	—	(23)
Ganhos realizados com captações ao valor justo, líquido	—	307
Outros, líquido	6.839	2.477
	(5.776)	7.943
Títulos e valores mobiliários para negociação		
Compras	(831.488)	(1.756.884)
Vendas, vencimentos e pagamentos	1.055.669	1.577.747
	224.181	(179.137)
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades operacionais	\$ 237.611	\$ (165.634)
Efeito líquido das variações cambiais sobre as disponibilidades	168	2
Redução em disponibilidades, líquido	(10.165)	(30.816)
Disponibilidades em 1º de janeiro	28.438	59.254
Disponibilidades em 31 de dezembro	\$ 18.273	\$ 28.438
Informações complementares:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 15.129	\$ 15.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

OBJETIVO

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. Essa missão é cumprida pela Corporação, em conjunto com investidores privados, mediante concessão de empréstimos e aquisição de participações societárias onde, sob condições razoáveis, não haja oferta de capital privado em nível suficiente. A Corporação exerce também uma função catalisadora, ao mobilizar financiamento adicional para projetos por outros investidores e mutuantes, por meio de cofinanciamento ou formação de consórcios de empréstimos, participações em empréstimos, subscrição inicial e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, a Corporação também presta serviços de consultoria financeira e técnica aos clientes. O capital acionário da Corporação é proveniente dos países membros, e ela opera principalmente em dólares dos Estados Unidos, com as atividades operacionais restritas a seus vinte e seis países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), que também inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As políticas contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras da Corporação obedecem às práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (U.S. GAAP). As referências nas notas explicativas a práticas contábeis geralmente aceitas do FASB (Financial Accounting Standards Board) significarão referências à Codificação de Normas Contábeis do FASB, também citada como “Codificação” ou ASC (do inglês: Accounting Standards Codification).

Todos os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de dólares dos Estados Unidos da América (dólares dos EUA, \$ ou US\$), que é a moeda funcional da Corporação.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça uso de estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas. Critérios pessoais de decisão foram empregados, em grau considerável, para definir os níveis adequados da provisão para perdas com empréstimos concedidos e garantias, para estimar o valor das reduções não temporárias ao valor recuperável de investimentos em participações societárias e em títulos e valores mobiliários, para apurar o valor justo de determinados investimentos em títulos e valores mobiliários, de empréstimos concedidos e participações societárias e de captações e derivativos, bem como para definir o custo periódico líquido dos benefícios dos planos de pensões e de pós-aposentadoria e o valor presente das obrigações por benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes a elas. As alterações nas condições econômicas podem ter efeitos negativos sobre a posição financeira da Corporação.

Disponibilidades — Os instrumentos de investimento de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades, com exceção dos detidos para negociação. A Corporação pode deter disponibilidades acima dos limites segurados pela FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation).

Investimento em títulos e valores mobiliários — Como parte de sua estratégia geral de administração de carteira a Corporação investe em títulos privados e em títulos de governos e de agências governamentais, segundo suas próprias diretrizes de investimento. Esses investimentos incluem títulos de dívida, notas, letras, certificados de depósito, *commercial paper* e fundos mútuos, a taxas fixas e variáveis.

Os títulos e valores mobiliários da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data da aquisição e contabilizados na data da negociação. A carteira da Corporação classificada como “para negociação” é declarada pelo valor justo, com os ganhos e perdas não realizados lançados como “Receita de títulos e valores mobiliários”. Os títulos e valores mobiliários a prazo fixo classificados como “Mantidos até o vencimento” são os que a Corporação pode e pretende deter em carteira até os respectivos vencimentos, contabilizados pelo custo amortizado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como “Disponíveis para venda” e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

contabilizados pelo valor justo, com inclusão dos ganhos ou perdas líquidos não realizados em “Outros resultados abrangentes acumulados”. Os juros e dividendos sobre títulos e valores mobiliários, a amortização de ágios, o acréscimo de descontos e os ganhos e perdas realizados com títulos e valores mobiliários detidos para negociação e disponíveis para venda são refletidos em “Receita de títulos e valores mobiliários”. Os investimentos da Corporação em títulos de dívida dos mercados latino-americanos e caribenhos, resultantes de atividades de desenvolvimento, são classificados como “mantidos até o vencimento” e contabilizados no balanço patrimonial pelo custo amortizado.

A Corporação avalia os títulos disponíveis para venda e os mantidos até o vencimento cujos valores estejam abaixo de seu respectivo custo amortizado, para definir se a diminuição do valor justo não é apenas temporária no encerramento do exercício. Vários fatores são levados em conta pela Corporação para definir se a diminuição do valor justo não é apenas temporária, inclusive, entre outros, a condição financeira do emitente, os efeitos de flutuações nas taxas de juros ou em spreads de crédito, o prazo esperado de recuperação, bem como outros dados quantitativos e qualitativos. A apuração do montante de títulos e valores mobiliários com redução ao valor recuperável é um processo que depende de estimativas, decisões pontuais e incertezas, e seu objetivo é definir se os declínios no respectivo valor justo precisam ser reconhecidos nas receitas do exercício então em curso. Os riscos e incertezas incluem as mudanças nas condições econômicas gerais e as variações futuras nas avaliações dos fatores supracitados. Há expectativa de alteração de tais fatores no futuro. Para reduções ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento que não sejam consideradas apenas temporárias, a parcela relacionada a crédito da perda não temporária no valor recuperável é refletida no resultado do exercício, e a parcela não relativa a crédito é reconhecida em “Outros resultados abrangentes acumulados”.

Empréstimos concedidos e participações societárias — Os compromissos relacionados a empréstimos concedidos e participações societárias são constituídos na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do principal em aberto, ajustado pela provisão para perdas. Em alguns casos, a Corporação obtém garantias reais e pessoais, como hipotecas e avais de terceiros, ou outras. As participações societárias incluem investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo “limited partnerships” e em estruturas similares (LPs), bem como investimentos diretos de capital. São reconhecidos pelo custo, com a eventual redução ao valor recuperável, os investimentos diretos em participações societárias e determinados investimentos em LPs para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, sem exercer influência significativa. Para todos os demais investimentos em LPs, a Corporação selecionou o método de contabilização ao valor justo para investimento de capital em LPs, conforme o Tópico 825 da ASC.

A Corporação considera que um empréstimo exige a redução ao valor recuperável quando, baseada em dados e em ocorrências atuais, ela acredita existir uma probabilidade de que não seja possível receber todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Para definir se um empréstimo exige tal redução, os dados e acontecimentos relativos ao mutuário e/ou ao seu respectivo cenário econômico e político que são levados em consideração incluem, entre outros fatores, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo mutuário, a posição que ele ocupa entre os concorrentes no mercado, os riscos associados à garantia real, a disponibilidade e a capacidade do patrocinador para dar apoio ao investimento, os riscos da equipe responsável, além dos conflitos geopolíticos e das crises macroeconômicas.

A necessidade de redução ao valor recuperável dos investimentos em participações societárias, os quais não são contabilizados ao valor justo, é avaliada com base nas informações financeiras mais recentes e com base em outros documentos de pesquisa disponíveis. Também são levadas em consideração as tendências do setor de atividade de cada emissor, o histórico de desempenho das sociedades e a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Caso seja constatada uma necessidade não temporária de redução ao valor recuperável de ativos, o valor do investimento em participações societárias é reduzido até refletir o valor justo, que passa a ser o novo valor contábil do investimento. As eventuais perdas com redução ao valor recuperável de ativos somente geram reversões de valor quando a participação societária é vendida com ganhos.

Entidades com participação variável — O Tópico 810 da ASC, *Consolidação*, dispõe sobre a consolidação quando a entidade declarante for o beneficiário primário de uma entidade com participação variável (VIE, na sigla em inglês para *variable interest entity*), e ainda, caso a outra entidade não possa ser definida como tal, sobre a exigência de consolidação se a entidade declarante tiver participação financeira controladora nessa outra entidade. A Corporação avaliou as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

entidades em que investe e outras entidades com as quais tem acordos contratuais e diversos, tendo concluído que a Corporação não é o beneficiário primário de nenhuma VIE, nem tem participação variável significativa em entidade desse tipo que exigiria divulgação.

Em acréscimo, a Corporação não detém participação financeira controladora em outra entidade, nem exerce influência significativa sobre outras entidades. A Corporação detém participações de investimento em determinados fundos de investimento estruturados como sociedades de responsabilidade limitada do tipo LP. As participações societárias diretas da Corporação e determinadas participações em LPs são contabilizadas ao custo. As participações da Corporação em todas as demais LPs são contabilizadas ao valor justo, de acordo com o Tópico 820 da ASC.

Provisão para perdas com empréstimos — A Corporação reconhece no balanço patrimonial a redução ao valor recuperável ou a melhoria de desempenho dos ativos incluídos na carteira de empréstimos por meio de uma provisão para perdas com empréstimos concedidos na rubrica de lucro líquido, sendo que tal provisão aumenta ou diminui conforme os acréscimos ou as liberações contabilizados. As baixas e eventuais recuperações posteriores de valor dos empréstimos concedidos são lançadas na conta de provisão. A provisão para perdas com empréstimos é mantida em um nível considerado adequado pela administração para absorver as perdas estimadas como prováveis na carteira de empréstimos. A administração decide com base na classificação de risco e no desempenho de cada empréstimo, levando também em conta a conjuntura econômica e outros fatores considerados significativos.

A provisão para perdas com empréstimos concedidos reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas (provisão específica) e as estimativas de perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis (provisão geral).

A definição da provisão para perdas identificadas como prováveis representa a decisão mais criteriosa possível da administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita por análise periódica de cada empréstimo concedido. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis para comprovação, inclusive, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa contratual vigente para o empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado. Dado o objetivo da Corporação e a natureza dos empréstimos, não existe, em geral, um valor de mercado secundário para operações similares.

A provisão para perdas atribuída ao restante da carteira de empréstimos concedidos é definida por uma estimativa da perda provável inerente à carteira, com base em várias análises. Cada empréstimo é classificado em função de seus riscos, e são derivadas as estimativas de perdas para cada classificação de crédito. Essas classificações baseiam-se em experiências passadas e em informações de mercado disponíveis, inclusive risco-país, riscos de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento das garantias e de outras formas de coobrigação por parte de patrocinadores, bem como no fato de as demonstrações financeiras se pautarem por princípios contábeis diferentes dos geralmente aceitos nos Estados Unidos. As estimativas de perdas são derivadas das informações específicas sobre o setor e dos dados históricos da Corporação. Durante os períodos aqui refletidos, não houve alteração nas políticas contábeis da Corporação nem nas metodologias utilizadas para avaliar sua provisão para perdas com empréstimos.

Ocorre a baixa dos empréstimos concedidos quando a Corporação esgota todos os recursos possíveis para recuperação, com a consequente redução na provisão para perdas com empréstimos. Essas reduções na provisão são parcialmente compensadas pelas recuperações associadas a empréstimos baixados anteriormente.

Reconhecimento de receitas de empréstimos concedidos — Os juros e as comissões são reconhecidos como receita no exercício em que forem auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento seja considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal tiver atraso superior a 90 dias. Os juros devidos e não recebidos, no caso de empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência, são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando recebidos e novamente contabilizados pelo regime de competência, após a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal.

Os valores líquidos de comissões de originação de empréstimos e custos são diferidos e amortizados ao longo da vigência do empréstimo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Reconhecimento de receitas de participações societárias — Os dividendos e participações em lucros recebidos de investimentos em participações societárias, contabilizados pelo método de custo, são contabilizados como receita quando as distribuições são declaradas e pagas. Os ganhos na venda ou no resgate de participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável, são contabilizados como receita quando alienados.

No caso das LPs contabilizadas ao valor justo nos termos de uma opção de valor justo, os ganhos e perdas não realizados são levados em conta na apuração do valor patrimonial e lançados como alterações no valor justo das participações societárias, na demonstração do resultado.

Garantias — A Corporação oferece garantias de crédito para cobertura de obrigações de terceiros, no sistema de riscos compartilhados, para empréstimos tomados ou títulos e valores mobiliários emitidos em apoio a projetos em um país-membro que visem a aprimorar sua situação de crédito e viabilizar uma ampla gama de operações empresariais. Essas garantias financeiras são compromissos da Corporação para garantir o pagamento a terceiros pelo mutuário ou devedor. A política da Corporação de exigir garantias reais com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias reais detidas são normalmente iguais aos exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas quando a Corporação assina o contrato de garantia e vigentes quando é contraída a correspondente obrigação financeira de terceiros, e tornam-se pagáveis quando o cumprimento da obrigação pela Corporação é exigido nos termos da garantia. Há dois tipos de obrigações associadas às garantias: (1) a obrigação contínua (*stand-ready*) de honrar o compromisso e (2) a obrigação contingente de efetuar futuros pagamentos. A obrigação contínua de honrar o compromisso é reconhecida na data de emissão, ao valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando há a probabilidade de a garantia ser exigida e caso seja possível, sob termos razoáveis, estimar o valor da garantia. Os eventuais passivos por obrigações contínuas e contingentes associadas às garantias são incluídos em “Outras obrigações”. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo esta última incluída em “Outros ativos” no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como empréstimo concedido, sendo constituídas reservas específicas com base na estimativa de perda provável. A receita é levada ao resultado quando a Corporação é liberada do risco, por ocasião do término ou da liberação da garantia.

Atividades de gestão de riscos: derivativos não especulativos — A Corporação realiza operações com determinados derivativos para gestão de riscos financeiros. A Corporação controla sua exposição às variações nas taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições em opções de compra (por exemplo, caps de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros do respectivo instrumento financeiro para gerar os juros desejados, e nenhum deles é designado como instrumento de hedge. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados no ativo ou no passivo, dependendo da natureza e do montante de seu valor justo líquido. As variações no valor justo de derivativos relativos a captações são informadas em “Despesas com captações e dívidas de longo prazo”.

O derivativo da Corporação foi pago em junho de 2012. Esse derivativo não foi previsto como hedge de fluxo de caixa nem de valor justo. A Corporação não deteve nenhum derivativo durante 2013.

Receitas diferidas de serviços de consultoria — Determinadas receitas relativas a serviços de consultoria a fundos externos são diferidas e amortizadas ao longo do respectivo período de prestação de serviços. Essas taxas e comissões são incluídas na rubrica de “Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas”, na demonstração do resultado.

Despesas diferidas — Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da dívida correspondente, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam obtidos com o método dos juros efetivos.

Ativo fixo — A Corporação contabiliza o ativo fixo pelo custo, deduzidas as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Operações em moedas estrangeiras — Os ativos e passivos expressos em outras moedas são traduzidos para seu equivalente em dólares dos Estados Unidos usando as taxas de câmbio de quitação possível do ativo ou do passivo, sob termos razoáveis, na data em questão. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente utilizando valores que se aproximam da média ponderada das taxas de câmbio, com os respectivos ganhos e perdas incluídos em “Perdas/ (Ganhos) em operações cambiais, líquido”.

Valor justo dos instrumentos financeiros — A Codificação exige que as pessoas jurídicas divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros e sobre a mensuração de valor justo, quer esses valores sejam ou não reconhecidos no balanço patrimonial.

O “valor justo” é definido nos GAAP como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na cessão de um passivo (ou seja, o “preço de saída”), em uma transferência regular entre participantes do mercado, na data de mensuração, conforme as condições de mercado existentes. A mensuração ao valor justo também pressupõe que a operação de venda do ativo ou de cessão do passivo ocorra no mercado principal ou então, inexistindo um mercado principal, no mercado que for o mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Corporação utiliza vários métodos de avaliação para definir o valor justo, inclusive os baseados em mercado, lucratividade e custos. A Codificação estabelece uma hierarquia para os dados utilizados na mensuração do valor justo, de forma a maximizar o uso de dados observáveis e minimizar o uso de dados não observáveis, exigindo que sejam utilizados, sempre que disponíveis, os dados observáveis. Os dados observáveis são os que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base em dados de mercado obtidos de fontes externas, independentes da Corporação. Os dados não observáveis refletem as premissas da Corporação sobre os dados que os participantes do mercado suporiam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base nas melhores informações disponíveis, nas circunstâncias em questão. Essa hierarquia é subdividida em três níveis, com base na confiabilidade dos dados utilizados:

- **Nível 1** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Corporação tenha acesso. Os reajustes de avaliação e os descontos por blocos não são aplicados aos instrumentos do Nível 1. Como as avaliações são baseadas em preços cotados, disponíveis de forma pronta e regular no mercado ativo, a avaliação desses produtos não acarreta nenhum grau de decisão pontual.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 1 incluem investimento em títulos e valores mobiliários que são negociados de forma ativa e alguns outros títulos soberanos.

- **Nível 2** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados não ativos ou em mercados para os quais todos os dados significativos sejam direta ou indiretamente observáveis.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 2 incluem investimento em títulos e valores mobiliários sem negociação ativa, contratos de derivativos e captações estruturadas.

- **Nível 3** — Avaliações baseadas em dados não observáveis e relevantes para a mensuração geral de valor justo.

Os ativos e passivos que utilizam os dados do Nível 3 incluem determinados empréstimos e investimentos de participação em LPs.

A disponibilidade dos dados observáveis pode variar conforme o produto, e é afetada por uma ampla gama de fatores, como por exemplo o tipo do produto ou outras características específicas da transação. Na medida em que a avaliação se baseia em modelos ou dados com graus variáveis de possibilidade, ou até impossibilidade, de observação no mercado, a definição do valor justo exige um grau maior de decisão pontual. Dessa forma, é maior o grau de decisão pontual da própria Corporação ao definir o valor justo dos instrumentos incluídos no Nível 3. Em alguns casos, os dados utilizados na mensuração de valor justo podem ser classificados em diferentes níveis de hierarquia do valor justo. Nesses casos, e para objetivos de divulgação, define-se o nível de classificação integral da mensuração de valor justo dentro da hierarquia com base no dado de nível mais reduzido que seja significativo para a mensuração integral de valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

O cálculo do valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros da Corporação é feito com modelos de formação de preços. Os modelos de formação de preços levam em consideração as condições do contrato (inclusive vencimento), bem como múltiplos outros dados que incluem, onde aplicável, as curvas de rentabilidade das taxas de juros, spreads de crédito, a classificação de crédito da contraparte, a volatilidade das opções e as taxas de câmbio. De acordo com o Subtópico 820-10 da ASC, a mensuração do valor justo dos passivos, inclusive derivativos, também leva em conta o impacto dos spreads de crédito da própria Corporação. Onde aplicável, as mensurações são reajustadas para refletir vários fatores, inclusive as diferenças entre taxas de captação e de aplicação, a qualidade do crédito e a liquidez de mercado. Esses reajustes são aplicados com uniformidade e baseiam-se em dados observáveis, sempre que disponíveis.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração baseou-se nos seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Investimento em títulos e valores mobiliários: O valor justo do investimento em títulos e valores mobiliários é baseado nos preços cotados para ativos idênticos, em mercados ativos, na data do balanço patrimonial, onde existam dados observáveis. No caso de investimentos sem disponibilidade de preços e sem outras informações pertinentes, geradas por operações de mercado que envolvam ativos idênticos ou comparáveis, a avaliação foi feita com base no método da lucratividade, utilizando curvas de rendimento, diferentes spreads dos swaps de inadimplemento de crédito (*credit default swaps*) ou títulos, e taxas de recuperação baseadas principalmente nos valores das garantias reais subsidiárias. O investimento em títulos e valores mobiliários é geralmente classificado no Nível 1 e no Nível 2 da hierarquia de valor justo.

Empréstimos concedidos: Para mensurar o valor justo de empréstimos concedidos a determinadas instituições financeiras nos termos de acordos ou contratos que visam a fomentar o desenvolvimento econômico, para os quais os dados informativos em geral disponíveis são tanto observáveis como não observáveis, a metodologia empregada pela Corporação requer o uso de estimativas e de cálculos de valor presente dos fluxos de caixa futuros. Como base para a estimativa do valor justo dos empréstimos concedidos utilizam-se as últimas transações realizadas, as cotações de preços de mercado (onde observáveis), e os níveis dos swaps de inadimplemento de crédito observáveis no mercado, juntamente com modelos exclusivos de mensuração, se tais transações e cotações não forem observáveis. A apuração dos fluxos de caixa futuros para estimativa do valor justo é subjetiva e imprecisa, e mesmo alterações pequenas nos pressupostos ou nos métodos podem afetar de forma relevante os valores estimados. A inexistência de normas objetivas de formação de preços aumenta ainda mais a subjetividade e a volatilidade desses valores justos inferidos ou estimados.

Para determinados investimentos da Corporação em empréstimos privados e instituições financeiras, torna-se inviável estimar o valor justo, considerando a natureza e a localização geográfica do destinatário do empréstimo. Os contratos de empréstimo da Corporação refletem as características de risco e as necessidades específicas de cada tomador. As cláusulas contratuais restringem a capacidade da Corporação para vender ativos ou transferir passivos a participantes no mercado. O histórico da Corporação também indica a concessão repetida da condição de credor preferencial. Essa condição não é transferível, o que restringe a capacidade da Corporação de transferir esses ativos e passivos. Além disso, é reduzido — ou mesmo inexistente — o número de operações com classificações similares de crédito, de taxas de juros e de datas de vencimento. Com base na experiência da administração, considera-se que, para muitos dos ativos e passivos da Corporação, há alguns países sem nenhum participante com interesse no mercado mais vantajoso ou principal da Corporação, considerando as características específicas de riscos, dimensões e prazos de cada país. Portanto, em conformidade com o Tópico 820 da ASC, são fornecidas informações adicionais sobre a estimativa do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimentos. A nota explicativa nº 9 inclui as informações adicionais sobre os empréstimos concedidos.

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital social de sociedades privadas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe e também investe em LPs como inversionista. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, e as técnicas alternativas de avaliação requerem um grau considerável de decisão pontual. As LPs são classificadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre as LPs contabilizadas pelo valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

No caso dos investimentos da Corporação em participação societária direta, torna-se impraticável apurar o valor justo, já que essas são operações de investimento privado, especificamente concebidas para atuação em países-membros regionais da Corporação. Ademais, as cláusulas contratuais restringem a capacidade da Corporação para vender ativos ou transferir sua participação em seu mercado principal ou em mercados mais vantajosos, considerando as dimensões e a escala dos investimentos diretos da Corporação em participações societárias.

Contratos de derivativos: Os contratos de derivativos incluem contratos de swap e de opções relacionados a taxas de juros. O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. Os modelos de formação de preços utilizados não acarretam nenhum nível significativo de subjetividade, pois os métodos empregados não exigem decisão pontual relevante, já que os dados são observados a partir de mercados com cotações ativas, como é o caso dos contratos de opções e de swap de taxas de juros em geral. Todos os derivativos avaliados pela Corporação com modelos de formação de preços estão incluídos nessa categoria e são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo.

Captações e dívida de longo prazo: O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. A nota explicativa nº 9 informa o valor justo estimado das captações e da dívida de longo prazo.

Tributos — A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, conforme alterado, são isentos de tributos e de tarifas alfandegárias em seus países-membros.

Novas normas para contabilidade e informações financeiras — Em fevereiro de 2013, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis (ASU) 2013-03, *Instrumentos financeiros: esclarecimento sobre o alcance e a aplicação de uma determinada divulgação a entidades não governamentais*. As alterações desta Atualização esclarecem que a exigência de divulgação do nível da hierarquia de valor justo em que as mensurações ao valor justo são classificadas (Nível 1, 2 ou 3) não é aplicável a entidades não governamentais, no que tange a instrumentos que não sejam mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial, mas cujo valor justo seja divulgado. Essa Atualização afeta as entidades não governamentais com um ativo total igual ou superior a US\$ 100 milhões ou que tenham um ou mais instrumentos derivativos. Ela entrou em vigor imediatamente após a emissão, mas não teve nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais e fluxos de caixa da Corporação.

Em fevereiro de 2013, o FASB emitiu a ASU 2013-02, *Resultado abrangente: Apresentação de montantes reclassificados fora de Outros resultados abrangentes acumulados*. O objetivo dessa Atualização é apresentar o efeito de reclassificações significativas, feitas fora de “Outros resultados abrangentes acumulados”, nas respectivas rubricas do lucro líquido, caso os GAAP exijam a reclassificação global do montante no lucro líquido. No caso de montantes cuja reclassificação global no lucro líquido não precise ser feita conforme os GAAP no mesmo período de declaração, a entidade deve incluir referências cruzadas para outras divulgações exigidas pelos GAAP, para incluir detalhes adicionais sobre esses montantes. A Corporação adotou essa Atualização para 2013.

Em fevereiro de 2010, o FASB emitiu a ASU 2010-10, *Consolidação (Tópico 810), Alterações para determinados fundos de investimento*, que basicamente diferiu a data de vigência inicial do pronunciamento FAS 167 para empresas com investimentos em entidades que sejam sociedades de investimento [*investment companies*] (conforme definição de tal termo no Tópico 946 da ASC, *Serviços financeiros — Sociedades de investimento*). Assim sendo, a Corporação diferiu a adoção do pronunciamento FAS 167 com respeito à avaliação de seus investimentos em sociedades de tipo LP. Não é previsto nenhum impacto relevante dessa Atualização sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

3. INVESTIMENTO EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da receita líquida de investimentos em títulos e valores mobiliários, conforme a fonte:

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Ganhos líquidos realizados	\$ 5.697	\$ 3.192
Varição líquida em ganhos não realizados	3.399	3.693
Receitas de juros	848	2.224
	\$ 9.944	\$ 9.109

Composição dos títulos e valores mobiliários para negociação:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Títulos privados	\$ 249.840	\$ 403.974
Títulos públicos (governos)	47.754	64.968
Títulos de agências governamentais	14.995	66.497
	\$ 312.589	\$ 535.439

Composição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Títulos privados	\$ 317.808	\$ 149.571
Títulos de agências governamentais	63.826	—
	\$ 381.634	\$ 149.571

Valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS BRUTOS NÃO REALIZADOS	PERDAS BRUTAS NÃO REALIZADAS	VALOR JUSTO
Títulos privados	\$ 314.783	\$ 3.025	\$ —	\$ 317.808
Títulos de agências governamentais	63.739	441	(354)	63.826
	\$ 378.522	\$ 3.466	\$ (354)	\$ 381.634

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2012			
	CUSTO AMORTIZADO	GANHOS BRUTOS NÃO REALIZADOS	PERDAS BRUTAS NÃO REALIZADAS	VALOR JUSTO
Títulos privados	\$ 148.436	\$ 1.303	\$ (168)	\$ 149.571
	\$ 148.436	\$ 1.303	\$ (168)	\$ 149.571

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Prazo de permanência contínua de títulos e valores mobiliários individuais, disponíveis para venda, em posição de perdas não realizadas:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2013					
	INFERIOR A 12 MESES		12 MESES OU MAIS		TOTAL	
	VALOR JUSTO	PERDAS NÃO REALIZADAS	VALOR JUSTO	PERDAS NÃO REALIZADAS	VALOR JUSTO	PERDAS NÃO REALIZADAS
Títulos privados	\$ 24.761	\$ (354)	\$ —	\$ —	\$ 24.761	\$ (354)
	\$ 24.761	\$ (354)	\$ —	\$ —	\$ 24.761	\$ (354)

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2012					
	INFERIOR A 12 MESES		12 MESES OU MAIS		TOTAL	
	VALOR JUSTO	PERDAS NÃO REALIZADAS	VALOR JUSTO	PERDAS NÃO REALIZADAS	VALOR JUSTO	PERDAS NÃO REALIZADAS
Títulos privados	\$ 14.832	\$ (168)	\$ —	\$ —	\$ 14.832	\$ (168)
	\$ 14.832	\$ (168)	\$ —	\$ —	\$ 14.832	\$ (168)

Alterações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda reconhecidos em “Outras receitas/(perdas) abrangentes”:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Ganhos não realizados durante o exercício	\$ 535	\$ 473
Reclassificação de ganhos para lucro líquido	(26)	—
Variações devidas a títulos com redução ao valor recuperável	—	—
Total reconhecido em Outras receitas/(perdas) abrangentes referentes a títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	\$ 509	\$ 473

A Corporação vendeu um título classificado em sua carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, com um ganho realizado de US\$ 26 durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 (um vendido ao valor nominal em 31 de dezembro de 2012).

Os investimentos em títulos e valores mobiliários com perdas não realizadas são o resultado de alterações nos preços e no atual cenário de mercado, e não o resultado de deterioração não temporária no crédito. Em 31 de dezembro de 2013, nenhuma deterioração não temporária nos investimentos da Corporação foi reconhecida na carteira disponível para venda (nenhuma em 31 de dezembro de 2012). Ademais, a Corporação não tem a intenção de vender títulos e valores mobiliários da carteira disponível para venda, sendo maior a probabilidade de que a Corporação não precise realizar venda antes da recuperação da parcela não relativa a crédito, reconhecida em “Outros resultados abrangentes acumulados”.

Composição, por vencimento, dos investimentos disponíveis para venda:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Até 1 ano	\$ 87.647	\$ 15.126
Mais de 1 e até 5 anos	293.987	134.445
	\$ 381.634	\$ 149.571

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Custo amortizado dos investimentos mantidos até o vencimento:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Títulos privados	\$ 40.119	\$ 40.335
	\$ 40.119	\$ 40.335

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de títulos privados da Corporação indicava valores de US\$ 40.119 e US\$ 40.335, respectivamente, correspondentes a um ativo de desenvolvimento com características similares a outros títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2013	
	CUSTO AMORTIZADO	VALOR JUSTO
Títulos privados	\$ 40.119	\$ 42.668
	\$ 40.119	\$ 42.668

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2012	
	CUSTO AMORTIZADO	VALOR JUSTO
Títulos privados	\$ 40.335	\$ 42.750
	\$ 40.335	\$ 42.750

Os ganhos brutos não realizados em 2013 e 2012 foram de US\$ 2.550 e US\$ 2.415, respectivamente.

Composição, por vencimento, dos investimentos mantidos até o vencimento:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Inferior a 12 meses	\$ —	\$ —
Mais de 1 e até 5 anos	40.119	40.335
	\$ 40.119	\$ 40.335

4. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Corporação monitora suas carteiras em aberto de investimentos em empréstimos e de investimentos em participações societárias e LPs, no tocante à concentração geográfica dos riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, os países com a maior exposição global de crédito para a Corporação eram: Peru, Brasil e Chile (Brasil, Peru e Chile em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, os investimentos em aberto em empréstimos e em participações societárias e LPs, expressos em moeda estrangeira, totalizaram US\$86.698 (US\$ 85.509 em 31 de dezembro de 2012). Uma das exposições da Corporação é denominada Regional e consiste basicamente em investimentos via empréstimos multinacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Distribuição da carteira em aberto, por país e por setor:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO					
	2013			2012		
	EMPRÉSTIMOS	PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	TOTAL
Peru	\$ 140.276	\$ —	\$ 140.276	\$ 134.764	\$ —	\$ 134.764
Brasil	133.587	—	133.587	154.499	—	154.499
Chile	124.776	1.600	126.376	103.794	2.815	106.609
Costa Rica	94.748	—	94.748	95.711	—	95.711
México	74.751	10.297	85.048	81.509	3.077	84.586
Panamá	76.848	4.000	80.848	99.552	4.000	103.552
Colômbia	78.705	1.344	80.049	84.626	1.277	85.903
Equador	70.025	—	70.025	41.763	—	41.763
Argentina	62.151	355	62.506	74.222	365	74.587
Nicarágua	46.131	—	46.131	48.641	—	48.641
Regional	21.839	7.320	29.159	29.352	13.967	43.319
Paraguai	27.495	—	27.495	31.489	—	31.489
República Dominicana	17.500	1.136	18.636	4.100	1.136	5.236
Jamaica	13.048	—	13.048	17.382	—	17.382
Uruguai	12.128	—	12.128	11.802	—	11.802
Estado Plurinacional da Bolívia	11.340	—	11.340	11.947	—	11.947
El Salvador	9.356	—	9.356	18.833	—	18.833
Guatemala	6.002	—	6.002	11.014	—	11.014
Honduras	4.429	—	4.429	—	—	—
Haiti	1.524	—	1.524	5.194	—	5.194
Suriname	—	—	—	885	—	885
Guiana	—	—	—	600	—	600
	\$ 1.026.659	\$ 26.052	\$ 1.052.711	\$ 1.061.679	\$ 26.637	\$ 1.088.316
Serviços financeiros	\$ 679.525	\$ 6.946	\$ 686.471	\$ 709.159	\$ 9.187	\$ 718.346
Energia	75.676	—	75.676	66.432	—	66.432
Produtos agrícolas	47.419	—	47.419	42.578	—	42.578
Transporte e logística	39.155	—	39.155	40.433	—	40.433
Distribuição e varejo	30.157	—	30.157	34.158	—	34.158
Fertilizantes e serviços agrícolas	28.079	—	28.079	34.368	—	34.368
Alimentos e bebidas	20.539	—	20.539	23.934	—	23.934
Manufatura em geral	16.097	—	16.097	22.167	—	22.167
Fundos de investimento	1.158	13.902	15.060	1.158	16.314	17.472
Aquicultura e pesca	14.797	—	14.797	16.008	—	16.008
Pecuária e avicultura	13.272	—	13.272	15.967	—	15.967
Hotelaria e turismo	12.371	—	12.371	9.616	—	9.616
Construção, materiais e instalações	6.988	4.068	11.056	3.570	—	3.570
Serviços públicos	10.406	—	10.406	5.652	—	5.652
Petróleo, gás e mineração	6.442	—	6.442	9.268	—	9.268
Contêineres e embalagem	6.223	—	6.223	5.040	—	5.040
Educação	5.005	—	5.005	4.694	—	4.694
Têxteis, confecções e couro	4.136	—	4.136	4.009	—	4.009
Madeira, papel e celulose	3.821	—	3.821	4.019	—	4.019
Informação, comunicações e tecnologia	2.500	1.136	3.636	6.000	1.136	7.136
Serviços e suprimentos de saúde	1.968	—	1.968	364	—	364
Serviços	925	—	925	3.085	—	3.085
	\$ 1.026.659	\$ 26.052	\$ 1.052.711	\$ 1.061.679	\$ 26.637	\$ 1.088.316

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Carteira de investimentos

Os ativos de desenvolvimento da Corporação decorrem de atividades de concessão de empréstimos e de investimento, as quais incluem empréstimos, investimentos em participações societárias e determinadas LPs, investimentos em títulos e valores mobiliários e garantias, visando à promoção do desenvolvimento econômico dos países-membros regionais em desenvolvimento da Corporação, mediante a constituição, expansão e modernização de empresas privadas, preferivelmente de pequeno ou médio porte. A carteira da Corporação é segmentada entre instituições financeiras e empresas privadas. Todos os ativos de desenvolvimento são avaliados individualmente para o acompanhamento e a avaliação de riscos e desempenho de crédito.

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2013:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2013		
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	EMPRESAS	TOTAL
Empréstimos	\$ 680.682	\$ 345.977	\$ 1.026.659
Participações societárias	20.848	5.204	26.052
Investimento em títulos e valores mobiliários*	40.119	—	40.119
Garantias**	—	5.663	5.663
Total	\$ 741.649	\$ 356.844	\$ 1.098.493

* Representa investimento em título emitido em ou por entidades com domicílio em país-membro regional em desenvolvimento, cujo produto seja empregado em atividades de desenvolvimento.

**Representa o montante potencial máximo de futuros pagamentos — Nota explicativa 10.

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2012:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO DE 2012		
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	EMPRESAS	TOTAL
Empréstimos	\$ 709.159	\$ 352.520	\$ 1.061.679
Participações societárias	26.637	—	26.637
Investimento em títulos e valores mobiliários*	40.335	—	40.335
Garantias**	—	6.171	6.171
Total	\$ 776.131	\$ 358.691	\$ 1.134.822

* Representa investimento em título emitido em ou por entidades com domicílio em país-membro regional em desenvolvimento, cujo produto seja empregado em atividades de desenvolvimento.

**Representa o montante potencial máximo de futuros pagamentos — Nota explicativa 10.

Resumo dos investimentos via empréstimos e participações societárias compromissados mas ainda não desembolsados (deduzidos os cancelamentos):

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Empréstimos	\$ 136.789	\$ 112.808
Participações societárias — LPs	12.193	10.393
	\$ 148.982	\$ 123.201

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos pela Corporação são remunerados a taxas fixas e variáveis. O saldo em aberto do principal da carteira de empréstimos a taxas fixas totalizou US\$ 266.131 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 287.936 em 31 de dezembro de 2012).

Análise dos prazos vencidos, conforme contratos, dos empréstimos concedidos pela Corporação, ao custo amortizado por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2013:

31 DE DEZEMBRO DE 2013						
EM MILHARES DE US\$	1-90 DIAS VENCIDOS	> 90 DIAS DE ATRASO COM APROPRIAÇÃO DE RECEITAS	> 90 DIAS DE ATRASO SEM APROPRIAÇÃO DE RECEITAS	TOTAL VENCIDOS	EMPRÉSTIMOS CORRENTES	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
Instituições financeiras	\$ —	\$ —	\$ 4.847	\$ 4.847	\$ 675.835	\$ 680.682
Empresas	18.024	—	—	18.024	327.953	345.977
Total de empréstimos vencidos	\$ 18.024	\$ —	\$ 4.847	\$ 22.871	\$ 1.003.788	\$ 1.026.659
Como % da carteira de empréstimos	1,76%	0,00%	0,47%	2,23%	97,77%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	47.056					
Cobertura				205,75%		4,58%

Análise dos prazos vencidos, conforme contratos, dos empréstimos concedidos pela Corporação, ao custo amortizado por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2012:

31 DE DEZEMBRO DE 2012						
EM MILHARES DE US\$	1-90 DIAS VENCIDOS	> 90 DIAS DE ATRASO COM APROPRIAÇÃO DE RECEITAS	> 90 DIAS DE ATRASO SEM APROPRIAÇÃO DE RECEITAS	TOTAL VENCIDOS	EMPRÉSTIMOS CORRENTES	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
Instituições financeiras	\$ —	\$ —	\$ 7.091	\$ 7.091	\$ 702.068	\$ 709.159
Empresas	151	—	—	151	352.369	352.520
Total de empréstimos vencidos	\$ 151	\$ —	\$ 7.091	\$ 7.242	\$ 1.054.437	\$ 1.061.679
Como % da carteira de empréstimos	0,01%	0,00%	0,67%	0,68%	99,32%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	47.414					
Cobertura				654,71%		4,47%

Os empréstimos para os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido totalizaram US\$ 19.757 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 22.268 em 31 de dezembro de 2012). Os juros recebidos sobre empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 totalizaram US\$ 552 (US\$ 447 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Resumo do investimento refletido em empréstimos com apropriação de receitas interrompida, contabilizados ao custo amortizado, conforme o tipo de investimento:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Empresas	\$ 12.441	\$ 12.830
Instituições financeiras	7.316	9.438
Total de empréstimos sem apropriação de receitas	\$ 19.757	\$ 22.268
Carteira de empréstimos	\$ 1.026.659	\$ 1.061.679
Carteira de empréstimos sem apropriação de receitas	1,92%	2,10%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 47.056	\$ 47.414
Cobertura de não apropriação de receitas	238.17%	212.92%

Resumo do cronograma de vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO			
	2013		2012	
	PRINCIPAL EM ABERTO	RENDIMENTO MÉDIO	PRINCIPAL EM ABERTO	RENDIMENTO MÉDIO
Vencimento até, inclusive, um ano	\$ 302.378	4,10%	\$ 317.022	3,63%
Vencimento em mais de um e até, inclusive, cinco anos	586.479	4,41%	647.739	4,62%
Vencimento em mais de cinco e até onze anos	137.802	5,29%	96.918	5,71%
	\$ 1.026.659		\$ 1.061.679	

O investimento da Corporação em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável totalizou US\$ 17.452 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 10.557 em 31 de dezembro de 2012). A média dos empréstimos com redução no valor recuperável durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de US\$ 15.479 (US\$ 10.741 em 31 de dezembro de 2012). O total das provisões relacionadas a tais empréstimos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi de US\$ 7.006 e US\$ 5.308, respectivamente. A carteira de investimentos em empréstimos da Corporação inclui um empréstimo que foi considerado com problemas na reestruturação da dívida em 31 de dezembro de 2009 e considerado incluído nos empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, inexistia reestruturação de dívida problemática na carteira de empréstimos (nenhuma em 31 de dezembro de 2012).

A Corporação recebeu recuperações parciais de empréstimos a empresas privadas e instituições financeiras em 2013 e 2012. Durante 2013, a carteira de investimento em empréstimos da Corporação incluiu uma recuperação de empréstimo a empresa privada no valor de US\$ 7.396.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Resumo das variações na provisão para perdas com empréstimos, por tipo de investimento:

EM MILHARES DE US\$	2013			2012		
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	EMPRESAS	TOTAL	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	EMPRESAS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro	\$ 22.266	\$ 25.148	\$ 47.414	\$ 22.302	\$ 22.664	\$ 44.966
Baixa contábil de investimentos, líquida	—	—	—	—	(74)	(74)
Recuperações	332	9.414	9.746	244	2.090	2.334
(Liberação de)/provisão para perdas	(409)	(9.695)	(10.104)	(280)	468	188
Saldo em 31 de dezembro	\$ 22.189	\$ 24.867	\$ 47.056	\$ 22.266	\$ 25.148	\$ 47.414

A Corporação utiliza um sistema de classificação dos empréstimos conforme o risco e a qualidade de crédito. Cada empréstimo é classificado como A, B, sofrível, duvidoso ou perda. A descrição de cada categoria (indicador de qualidade de crédito) é a seguinte:

INDICADOR	DESCRIÇÃO
A	Esta categoria inclui as sociedades consideradas capazes de cumprir suas obrigações, cuja posição financeira não esteja afetada por variáveis internas e/ou externas que pudessem colocar em risco tal capacidade. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "A" varia de 0,40% a 6,35% para dívida principal, e de 0,55% a 8,75% para dívida subordinada, dependendo dos resultados de um exame específico das variáveis de risco.
B	A sociedade é considerada capaz de cumprir suas obrigações, mas enfrenta problemas internos e/ou externos que, se persistentes, poderiam colocar em risco sua capacidade financeira. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "B" é de 9,35% para dívida principal e de 12,85% para dívida subordinada.
Sofrível (abaixo do padrão)	As condições financeiras atuais e a capacidade de pagamentos da sociedade podem afetar negativamente a cobrança, mas inexistem expectativas de perda do principal. A geração de fluxo de caixa da sociedade mostra sinais persistentes de deterioração. Se não for impedida a continuação das deficiências persistentes e claras que a sociedade demonstra, isso poderá acarretar a incapacidade de quitação integral das obrigações perante a Corporação. A sociedade está inadimplente ou mostra um risco crescente de inadimplimento, caso as deficiências não sejam corrigidas. São necessárias mudanças significativas na estrutura financeira ou operacional para que a boa classificação de crédito da sociedade seja recuperada. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "Sofrível (abaixo do padrão)" é de 21,90% para dívida principal e de 30,00% para dívida subordinada.
Duvidoso	Esta categoria inclui as sociedades incapazes de pagar até mesmo o serviço de suas dívidas, com a cobrança considerada improvável, seja por pagamentos baseados no desempenho financeiro da sociedade, seja por pagamentos feitos por patrocinadores ou por execução da garantia real. A solvência da sociedade está prejudicada, com probabilidade crescente de perda. Uma reestruturação de grandes proporções é exigida para o investimento e/ou a operação, com várias ações específicas a serem empreendidas (liquidação, recapitalização, etc.). Para projetos classificados como "duvidosos", é feita uma análise externa do fluxo de caixa, em conformidade com o subtópico 310-10-35 da codificação ASC, para definir a provisão necessária.
Perda	O empréstimo da Corporação é considerado total ou parcialmente incobrável. Existe a probabilidade de que o projeto esteja insolvente ou tenha encerrado suas operações. O produto da execução da garantia real ou da cobrança dos garantes é insuficiente para recuperação integral do investimento feito pela Corporação. Para projetos classificados como "perda", é feita uma análise externa do fluxo de caixa, em conformidade com o subtópico 310-10-35 da codificação ASC, para definir a provisão necessária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Resumo dos empréstimos da Corporação ao custo amortizado, conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2013:

CATEGORIA	31 DE DEZEMBRO DE 2013		
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	EMPRESAS	TOTAL
A	\$ 627.206	\$ 274.162	\$ 901.368
B	48.630	54.584	103.214
Sofrível (abaixo do padrão)	—	4.625	4.625
Duvidoso	4.847	12.605	17.452
Perda	—	—	—
Total	\$ 680.683	\$ 345.976	\$ 1.026.659

Resumo dos empréstimos da Corporação ao custo amortizado, conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2012:

CATEGORIA	31 DE DEZEMBRO DE 2012		
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	EMPRESAS	TOTAL
A	\$ 673.146	\$ 298.213	\$ 971.359
B	28.922	38.822	67.744
Sofrível (abaixo do padrão)	—	12.019	12.019
Duvidoso	7.091	3.466	10.557
Perda	—	—	—
Total	\$ 709.159	\$ 352.520	\$ 1.061.679

Participações societárias

Em 31 de dezembro de 2013, a Corporação tinha sete investimentos diretos em participações societárias (seis em 31 de dezembro de 2012), no valor contábil de US\$ 10.562 (US\$ 8.930 em 31 de dezembro de 2012). Os investimentos diretos em participações societárias são informados ao custo, e as perdas da Corporação com redução não temporária ao valor recuperável desses investimentos em 31 de dezembro de 2013 foram de US\$ 49 (US\$ 0 em 31 de dezembro de 2012).

A Corporação tinha onze investimentos em LPs em 31 de dezembro de 2013 (doze em 31 de dezembro de 2012), com um deles a uma base de custo de US\$ 3.033 (um a US\$ 3.033 em 31 de dezembro de 2012) e dez ao valor justo de US\$ 12.457 (onze ao valor justo de US\$ 14.673 em 31 de dezembro de 2012). Os investimentos da Corporação em LPs podem, em geral, ser liquidados num período de dez anos, com até duas prorrogações de um ano cada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS ATIVOS

Resumo de contas a receber e outros ativos:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Outros ativos circulantes		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 8.680	\$ 8.033
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	672	672
Outros ativos circulantes	7.911	6.321
	17.263	15.026
Outros ativos não circulantes		
Ativo líquido do PBPA	9.373	—
Outros ativos não circulantes	1.899	4.802
	11.272	4.802
Total de contas a receber e outros ativos	\$ 28.535	\$ 19.828

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo líquido do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA) reflete a situação de superávit do Plano. Vide nota explicativa nº 15.

6. CONTAS A PAGAR E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Resumo das contas a pagar e outras obrigações:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Passivo líquido do Plano de Pensões	\$ 8.681	\$ 33.629
Receitas diferidas	7.389	5.478
Benefícios a funcionários, a pagar	5.258	5.195
Contas a pagar a outras entidades do Grupo BID	4.132	3.019
Passivo líquido do PBPA	—	10.896
Contas a pagar e outras obrigações	3.981	5.752
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 29.441	\$ 63.969

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o passivo líquido do Plano de Pensões reflete a situação de déficit do Plano. Em 31 de dezembro de 2012, o passivo líquido do PBPA reflete a situação de déficit do Plano. Vide nota explicativa nº 15.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

7. CAPTAÇÕES E DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Captações e dívida de longo prazo em aberto, por moeda:

EM MILHARES DE US\$	EM 31 DE DEZEMBRO			
	2013		2012	
	VALOR EM ABERTO	CUSTO MÉDIO PONDERADO	VALOR EM ABERTO	CUSTO MÉDIO PONDERADO
Captações e dívida (por moeda)				
Dólar dos EUA	\$ 760.048	0,89%	\$ 820.000	1,22%
Peso mexicano	122.284	4,48%	123.402	4,93%
Real brasileiro	19.214	10,20%	22.027	10,56%
Euro	1.956	1,07%	2.296	2,10%
Nuevo sol peruano	—	—	1.308	7,11%
Peso argentino	—	—	325	9,15%
	\$ 903.502		\$ 969.358	
Captações de curto prazo	(121.167)		(21.498)	
Captações de longo prazo e dívida	\$ 782.335		\$ 947.860	

Há uma linha de crédito renovável disponível para a Corporação no BID, no valor de US\$ 300.000. Em agosto de 2008, a Corporação captou US\$ 100.000 dessa linha de crédito. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso, e a Corporação tem o direito de utilizar tal linha de crédito até novembro de 2015. Em acréscimo, a Corporação detém em 31 de dezembro de 2013 uma linha de crédito *stand-by* de US\$ 100.000 em uma instituição com nível de classificação AA-, com direito a utilizá-la até junho de 2014. Outras linhas de crédito disponíveis totalizam US\$ 283.443 em 31 de dezembro de 2013.

Os saldos em aberto das captações da Corporação em 31 de dezembro de 2013 correspondem a empréstimos bilaterais no valor de US\$ 381.170, notas a prazo no valor de US\$ 400.048 e emissões de títulos no valor de US\$ 122.284.

Em 16 de novembro de 2012, a Corporação emitiu notas em dólares dos EUA, à taxa LIBOR para três meses mais 0,35%, como parte de seu programa de notas a médio prazo em euros (Euro Medium-Term Note program), no valor de US\$ 350.000, com vencimento em 2015. Seguiu-se uma emissão adicional no valor de US\$ 50.000 em 19 de fevereiro de 2013, com ágio e vencimento em 2015. Os juros sobre as notas são devidos trimestralmente e no vencimento. Esse programa de notas a prazo foi a primeira oferta de títulos da Corporação no mercado financeiro mundial, e o objetivo é diversificar suas fontes de captação.

Em 13 de maio de 2011, a Corporação emitiu títulos em moeda estrangeira à taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio (TIIE) mais 0,05%, no montante de 800 milhões de pesos mexicanos (equivalente a US\$ 61.142), antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2014. Em 27 de abril de 2012, a Corporação também emitiu títulos em moeda estrangeira à TIIE mais 0,22%, no montante de 800 milhões de pesos mexicanos (equivalente a US\$ 61.142), antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2015. O produto da emissão destinou-se a financiar reinvestimentos nos mercados locais. Os juros sobre os títulos são devidos mensalmente e no vencimento. Os títulos são negociáveis na Bolsa Mexicana de Valores e representam obrigações quirografárias da Corporação, classificadas em condições de igualdade quanto a direitos de preferência no pagamento com todos os títulos de dívida atuais e futuros, inclusive direitos de outros credores gerais. Os títulos não são resgatáveis antes do vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Cronograma de vencimentos das captações, das notas a prazo e dos títulos em aberto:

EM MILHARES DE US\$	2014	2015	2016	2017	2018	ATÉ 2025
Captações	\$ 60.000	\$ 80.000	\$ 89.214	\$ —	\$ 1.956	\$ 150.000
Notas a prazo	—	400.048	—	—	—	—
Títulos	61.142	61.142	—	—	—	—
	\$ 121.142	\$ 541.190	\$ 89.214	\$ —	\$ 1.956	\$ 150.000

Em 31 de dezembro de 2013, as despesas com captações e dívidas de longo prazo incluem despesas financeiras de US\$ 14.895 (US\$ 15.900 em 31 de dezembro de 2012).

8. CAPITAL

O capital social inicial autorizado da Corporação aumentou de US\$ 200 milhões para US\$ 705,9 milhões, mediante aumento geral de capital de US\$ 500 milhões aprovado em 1999, e foi ainda objeto de diversos aumentos específicos para acomodar a admissão de novos membros. Os aumentos alocaram um total de US\$ 505,9 milhões para subscrição por países-membros novos e existentes, durante os períodos de subscrição, conforme estipulado nas respectivas deliberações. A Corporação emite apenas ações não fracionárias, no valor nominal de dez mil dólares dos Estados Unidos.

Em maio de 2012, foram revertidas para o capital da Corporação, a título de ações não subscritas, 1.581 ações emitidas no âmbito do aumento de capital de 1999. Desse total, a Assembleia de Governadores destinou 230 ações para compra pela China, pela Coreia e pelo Canadá. China e Coreia já subscreveram e pagaram individualmente 40 dessas ações, sendo que 150 permanecem alocadas para a admissão do Canadá. As restantes 1.351 ações do aumento de capital social foram designadas para realocação entre os acionistas da Corporação, conforme o sistema aprovado pela Diretoria Executiva em 2008. A primeira rodada de subscrições da realocação foi concluída em maio de 2013, e todas as 1.351 ações disponíveis foram subscritas.

Nos termos do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, qualquer membro pode se retirar da Corporação, mediante notificação de sua intenção de retirar-se, enviada por escrito à sede da Corporação. A retirada será considerada vigente na data indicada na notificação, mas sempre no mínimo seis meses após a data de entrega da notificação à Corporação. Mesmo após sua retirada, o membro continuará responsável por todas as obrigações que tenha para com a Corporação na data de entrega da notificação de retirada.

No caso de saída da Corporação, as condições de encerramento da participação e de reaquisição das ações poderão ser acordadas entre a Corporação e o membro, conforme os termos considerados adequados às circunstâncias. Se nenhum acordo for obtido no prazo de três meses a contar da data em que o membro houver manifestado sua intenção de retirar-se, ou em outro prazo acordado entre ambas as partes, o preço de reaquisição das ações desse membro será igual ao seu valor contábil na data de encerramento da participação, conforme apurado pela Corporação em suas demonstrações financeiras auditadas. O pagamento das ações será efetuado mediante a entrega dos correspondentes certificados de ações, de acordo com as parcelas, as datas e as moedas disponíveis que a Corporação possa definir, levando em conta sua própria posição financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

O quadro a seguir mostra o capital subscrito e as subscrições de capital a integralizar pelos membros:

	EM 31 DE DEZEMBRO		
	TOTAL AÇÕES SUBSCRITAS		SUBSCRIÇÕES A INTEGRALIZAR PELOS MEMBROS
	AÇÕES	MONTANTE	
	EM MILHARES DE US\$		
Alemanha	1.334	13.340	—
Argentina	8.089	\$ 80.890	\$ 3.220
Áustria	345	3.450	—
Bahamas	144	1.440	—
Barbados	101	1.010	—
Bélgica	169	1.690	—
Belize	101	1.010	—
Brasil	8.089	80.890	3.220
Chile	2.003	20.030	—
Colômbia	2.086	20.860	—
Costa Rica	314	3.140	—
Dinamarca	1.071	10.710	—
El Salvador	314	3.140	—
Equador	437	4.370	170
Espanha	2.492	24.920	—
Estado Plurinacional da Bolívia	650	6.500	260
Estados Unidos	16.019	160.190	—
Finlândia	393	3.930	—
França	2.162	21.620	—
Guatemala	420	4.200	—
Guiana	120	1.200	—
Haiti	314	3.140	—
Honduras	314	3.140	—
Israel	173	1.730	—
Itália	2.162	21.620	—
Jamaica	420	4.200	—
Japão	2.492	24.920	—
México	5.207	52.070	2.070
Nicarágua	314	3.140	—
Noruega	393	3.930	—
Países Baixos	1.071	10.710	—
Panamá	327	3.270	130
Paraguai	327	3.270	130
Peru	2.086	20.860	830
Portugal	182	1.820	—
República Bolivariana da Venezuela	4.311	43.110	—
República da Coreia	156	1.560	60
República Dominicana	437	4.370	170
República Popular da China	156	1.560	60
Suriname	105	1.050	40
Suécia	393	3.930	—
Suíça	1.071	10.710	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	—
Uruguai	862	8.620	340
Total 2013	70.440	\$ 704.400	\$ 10.700
Total 2012	68.979	\$ 689.790	\$ 400

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

9. MENSURAÇÕES E VARIAÇÕES DE VALOR JUSTO

Os ativos e passivos da Corporação contabilizados pelo valor justo foram classificados com base em hierarquia de valor justo que obedece ao FASB ASC 820-10-50-2.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo apresenta os dados sobre os ativos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2013:

EM MILHARES DE US\$	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	PREÇOS DE ATIVOS IDÊNTICOS COTADOS EM MERCADOS ATIVOS (NÍVEL 1)	OUTROS DADOS OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 2)	DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
ATIVO				
Títulos privados	\$ 567.650	\$ 21.032	\$ 546.618	\$ —
Títulos de agências governamentais	78.820	63.826	14.994	—
Títulos públicos (governos)	47.753	37.754	9.999	—
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	12.457	—	—	12.457

*Representa investimentos contabilizados ao valor justo que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo apresenta os dados sobre os ativos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2012:

EM MILHARES DE US\$	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	PREÇOS DE ATIVOS IDÊNTICOS COTADOS EM MERCADOS ATIVOS (NÍVEL 1)	OUTROS DADOS OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 2)	DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
ATIVO				
Títulos privados	\$ 553.545	\$ 22.594	\$ 530.951	\$ —
Títulos públicos (governos)	66.498	—	66.498	—
Títulos de agências governamentais	64.967	64.967	—	—
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	14.673	—	—	14.673

*Representa investimentos contabilizados ao valor justo que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

EM MILHARES DE US\$	VARIAÇÕES DE VALOR JUSTO INCLuíDAS EM LUCROS DO EXERCÍCIO
ATIVO	
Títulos privados	\$ 7.481
Títulos públicos (governos)	1.585
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	620
Títulos de agências governamentais	30
	\$ 9.716

*Representa investimentos contabilizados ao valor justo que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

EM MILHARES DE US\$	VARIAÇÕES DE VALOR JUSTO INCLuíDAS EM LUCROS DO EXERCÍCIO
ATIVO	
Títulos privados	\$ 4.482
Títulos públicos (governos)	2.687
Títulos de agências governamentais	193
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs*	34
	\$ 7.396

*Representa investimentos contabilizados ao valor justo que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Alterações nos ativos de Nível 3 mensurados com regularidade conforme o valor justo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

EM MILHARES DE US\$	MENSURAÇÕES A VALOR JUSTO PARA LPs COM DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
Em 1º de janeiro de 2012	\$ 16.583
Varição no ativo líquido, por ganhos líquidos	34
Distribuições recebidas	(3.528)
Outros investimentos	1.584
Em 31 de dezembro de 2012	\$ 14.673
Em 1º de janeiro de 2013	\$ 14.673
Varição no ativo líquido, por ganhos líquidos	620
Distribuições recebidas	(5.273)
Outros investimentos	2.437
Em 31 de dezembro de 2013	\$ 12.457

Alguns dos instrumentos financeiros da Corporação não são mensurados ao valor justo com regularidade, mas ainda assim são contabilizados em montantes próximos ao seu valor justo, em razão de sua natureza de liquidez ou curto prazo. Tais ativos e passivos financeiros incluem: Disponibilidades, Contas a receber e outros ativos, Contas a pagar e outras obrigações.

Determinados títulos e valores mobiliários privados e de agências públicas, bem como fundos mútuos que incluem títulos públicos de outros países que não os Estados Unidos, são mensurados ao valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos — uma técnica de avaliação em consonância com a abordagem de mercado. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Títulos do tipo *commercial paper* (CP) e certificados de depósito (CD), sem negociação ativa, são emitidos em bases específicas nos termos de grandes programas de CP ou CD sediados nos Estados Unidos. Esses títulos são avaliados com modelos de formação de preços, já que inexistem preços disponíveis nos mercados, sendo assim classificados como de Nível 2.

Os empréstimos concedidos pela Corporação são geralmente contabilizados pelo valor do principal em aberto. Para divulgação, a Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável à avaliação do valor justo de sua carteira de empréstimos concedidos. Em 31 de dezembro de 2013, e para os empréstimos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

com possibilidade prática de se apurar o valor justo, o valor contábil dos empréstimos concedidos, mais os juros acumulados, foi de US\$ 400.753 (US\$ 446.984 em 31 de dezembro de 2012), e seu valor justo estimado foi de US\$ 410.492 (US\$ 444.972 em 31 de dezembro de 2012). A administração concluiu que seria impraticável apurar o valor justo do restante da carteira de empréstimos concedidos, com financiamentos especificamente concebidos para pequenas e médias empresas atuando nos países-membros regionais da Corporação. Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil do restante dessa carteira, sem incluir os juros acumulados, foi de US\$ 627.721 (US\$ 618.945 em 31 de dezembro de 2012), com taxas de juros que variam de 0,78% a 13,81% (1,09% a 12,30% em 31 de dezembro de 2012) e com vencimentos de menos de um ano a 15 anos (menos de um ano a 13 anos em 31 de dezembro de 2012). Valores a maior ou a menor que resultem da diferença entre os valores contábeis da carteira de empréstimos e seu valor justo apresentado não refletem necessariamente os valores realizáveis (já que a Corporação, em geral, detém os investimentos até as datas contratuais de vencimento, objetivando realizar seus respectivos valores de registro e, assim, maximizar os aspectos de desenvolvimento do investimento).

As captações e dívida de longo prazo da Corporação são contabilizadas pelos valores históricos, salvo escolha da contabilização ao valor justo, nos termos da opção de valor justo permitida pelo Subtópico 825-10 da ASC. O valor justo das captações e dívida de longo prazo da Corporação foi estimado com base nos preços cotados no mercado ou com base nas análises de fluxo de caixa descontado, conforme as taxas atuais de captação para a Corporação, para tipos similares de captações e dívida de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil das captações e da dívida de longo prazo, mais os juros acumulados, da Corporação era aproximadamente US\$ 2.418 inferior a seu valor justo (US\$ 1.980 abaixo de seu valor justo em 31 de dezembro de 2012).

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo foi de US\$ 13.595 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 11.963 em 31 de dezembro de 2012). No caso dos investimentos da Corporação em participações societárias diretas, torna-se impraticável apurar o valor justo, já que essas são operações de investimento privado, especificamente concebidas para empresas de pequeno e médio porte nos países-membros regionais da Corporação.

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao valor justo foi de US\$ 12.457 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 14.673 em 31 de dezembro de 2012). O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, incluído na variação no valor contábil de investimentos em participações societárias por variação em ganhos líquidos não realizados, com respeito aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 1.694 (US\$ 13 em perdas líquidas não realizadas em 31 de dezembro de 2012). Para alguns desses investimentos em LPs demonstradas ao custo, o valor contábil total foi de US\$ 3.033 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 3.033 em 31 de dezembro de 2012), e o valor justo estimado foi de US\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 3.482 em 31 de dezembro de 2012).

Como medida prática, o valor justo para investimentos em LPs foi apurado com base no valor patrimonial estimado, fornecido pelas LPs. Os valores patrimoniais fornecidos pelas LPs são derivados dos valores justos dos investimentos pertinentes, na data da declaração. Todos os investimentos que utilizam o valor patrimonial para calcular o valor justo: (a) não têm um valor justo prontamente apurável e (b) preparam demonstrações financeiras em consonância com os princípios de mensuração de uma sociedade de investimentos ou têm os atributos de uma sociedade de investimentos. Em geral, as sociedades de responsabilidade limitada do tipo LP têm prazo definido de duração, e a Corporação não vende nem resgata seus investimentos em tais sociedades. Os investimentos em LPs que a Corporação não pode resgatar na data de mensuração ou a curto prazo são classificados no Nível 3. As receitas auferidas são distribuídas para a Corporação conforme cada LP vende o investimento que constitui seu objeto. São feitos ajustes no valor patrimonial quando se torna aparente uma diferença significativa entre ele e o valor justo.

10. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2013, não foi recebido nenhum aviso de descumprimento desde a constituição das garantias vigentes (nenhum aviso até 31 de dezembro de 2012). Em termos gerais, as garantias aceitas pela Corporação têm vencimentos compatíveis com os vencimentos da carteira de empréstimos. O montante máximo de pagamentos futuros em potencial, que representa o valor referencial das possíveis perdas no âmbito da garantia se houvesse um descumprimento total da parte garantida, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito de regresso ou de garantias reais detidas ou empenhadas, totalizou US\$ 5.663 em 31 de dezembro de 2013

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

(US\$ 6.171 em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, a garantia vigente foi prestada em outra moeda que não dólares dos Estados Unidos. Não foi feita provisão para perdas com a garantia na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2013 (nenhuma em 31 de dezembro de 2012). O valor justo estimado para a exigibilidade com garantia é de US\$ 1.223 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 1.228 em 31 de dezembro de 2012).

11. CONTINGÊNCIAS

Na condução normal de seus negócios, a Corporação é ré, corré ou parte em várias questões judiciais com características típicas e inerentes às atividades de que participa. No parecer da administração da Corporação, o desfecho previsto nesses processos judiciais não apresenta probabilidade de afetar de forma adversa e relevante a posição financeira da Corporação, nem os resultados de suas operações ou seus fluxos de caixa.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Corporação monitora os acontecimentos relevantes ocorridos após a data do balanço patrimonial e antes da emissão das demonstrações financeiras, para apurar os eventuais impactos desses acontecimentos sobre as demonstrações financeiras a serem ainda emitidas. Todos os eventos subsequentes de que a Corporação tem ciência foram avaliados até a data de aprovação pela Assembleia de Governadores, em 30 de março de 2014. A administração definiu que inexistem eventos subsequentes que exijam divulgação segundo o Tópico 855, *Eventos subsequentes*, da Codificação do FASB.

13. PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DISPONIBILIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e de outras instituições financeiras com respeito à disponibilização de determinados empréstimos. Esses procedimentos são administrados e monitorados pela Corporação, em lugar e vez dos participantes. A estrutura dos procedimentos obriga os credores participantes a prover recursos para sua respectiva parcela de cada empréstimo, sem direito de regresso contra a Corporação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Corporação solicitou e desembolsou recursos de credores participantes no total de US\$ 93.516 (US\$ 324.208 em 31 de dezembro de 2012). Os recursos compromissados por credores participantes e não desembolsados totalizaram US\$ 15.345 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 2.519 em 31 de dezembro de 2012).

14. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O BID presta à Corporação determinados serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação tem com o BID um contrato de arrendamento para a sua sede, a vencer em 2020.

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID pela utilização do espaço de escritório e por determinados serviços de apoio administrativo:

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2013	2012
Espaço de escritório (sede e outros)	\$ 2.529	\$ 2.456
Serviços de apoio	815	930
Outros serviços do BID	288	138
	\$ 3.632	\$ 3.524

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Os pagamentos previstos nos termos do contrato atual de arrendamento com o BID são:

EM MILHARES DE US\$	2014	2015	2016	2017	2018	2019-2020
Espaço de escritório (sede)	\$ 2.063	\$ 2.125	\$ 2.189	\$ 2.254	\$ 2.322	\$ 4.855
	\$ 2.063	\$ 2.125	\$ 2.189	\$ 2.254	\$ 2.322	\$ 4.855

Os valores devidos ao BID totalizaram US\$ 4.132 em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 3.019 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Corporação havia captado US\$ 100.000 da linha de crédito do BID. Vide nota explicativa nº 7.

A Corporação presta serviços de consultoria a entidades do Grupo BID. A Corporação recebeu o pagamento integral dos honorários devidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos desses contratos, no total de US\$ 100 (US\$ 100 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012).

15. PLANOS DE PENSÕES E DE BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Pensões, os benefícios são baseados em anos de serviço e média de remuneração. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensões. Toda contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de pensão destinados unicamente ao pagamento dos benefícios conforme o Plano.

A Corporação também oferece benefícios de assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que contribuem para o Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que atendem a determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o PBPA com base em uma tabela definida de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de assistência médica e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são detidos e administrados separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, com a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios nos termos do PBPA.

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parcela que lhe corresponde em cada um dos planos. Os montantes apresentados refletem a parcela proporcional da Corporação nos custos, nos ativos e nas obrigações do Plano de Pensões e do PBPA conforme o Tópico 715 da ASC, *Remuneração — Benefícios de aposentadoria*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Obrigações e situação de capitalização

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável ao Plano de Pensões e ao PBPA. O quadro abaixo mostra um resumo das variações nas obrigações dos beneficiários e nos ativos dos planos, bem como a situação de capitalização do Plano de Pensões e do PBPA, com os montantes reconhecidos no balanço patrimonial:

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2013	2012	2013	2012
Conciliação das obrigações por beneficiários				
Obrigações em 1º de janeiro	\$ (100.798)	\$ (80.809)	\$ (60.427)	\$ (47.894)
Custo de serviços	(4.720)	(3.643)	(2.508)	(2.045)
Custo de juros	(4.035)	(3.822)	(2.343)	(2.300)
Contribuições dos participantes	(957)	(1.033)	—	—
Ganho/(perda) atuarial	23.714	(12.888)	15.714	(8.585)
Benefícios pagos	1.107	1.397	420	426
Subsídio para aposentados conforme Parte D	—	—	(6)	(29)
Obrigações em 31 de dezembro	(85.689)	(100.798)	(49.150)	(60.427)
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos dos planos em 1º de janeiro	67.169	57.196	49.531	41.053
Transferências líquidas entre BID e CII	(234)	194	—	—
Retorno real sobre os ativos	7.256	7.959	5.501	6.126
Benefícios pagos	(1.107)	(1.397)	(420)	(426)
Contribuições dos participantes	957	1.033	—	—
Contribuições do empregador	2.967	2.184	3.911	2.778
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	77.008	67.169	58.523	49.531
Situação de capitalização				
Situação de (subcapitalização)/capitalização em 31 de dezembro	(8.681)	(33.629)	9.373	(10.896)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (8.681)	\$ (33.629)	\$ 9.373	\$ (10.896)
Montantes reconhecidos como (passivo)/ativo:				
(Passivo)/ativo de beneficiários dos planos	(8.681)	(33.629)	9.373	(10.896)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (8.681)	\$ (33.629)	\$ 9.373	\$ (10.896)
Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados:				
Ganhos/(perdas) atuariais líquidos	692	30.240	(774)	18.711
Custos de serviços anteriores	7	21	—	—
Ativo inicial líquido	—	—	183	357
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ 699	\$ 30.261	\$ (591)	\$ 19.068

A obrigação acumulada por benefícios atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 73.165 e de US\$ 78.667 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Componentes do custo periódico líquido dos benefícios

O custo periódico líquido dos benefícios inclui os seguintes componentes:

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO			
	2013	2012	2013	2012
Custo de serviços	\$ 4.720	\$ 3.643	\$ 2.508	\$ 2.045
Custo de juros	4.035	3.822	2.343	2.300
Retorno esperado sobre os ativos dos planos	(4.007)	(3.733)	(2.973)	(2.762)
Amortização de:				
Obrigações de transição	—	—	174	174
Perda atuarial líquida não reconhecida	2.585	1.593	1.243	728
Custo de serviços anteriores	14	14	—	920
Custo periódico líquido dos benefícios	\$ 7.347	\$ 5.339	\$ 3.295	\$ 3.405

Outras alterações nos ativos dos planos e nas obrigações por benefícios reconhecidos em Outras receitas/ (perdas) abrangentes:

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO			
	2013	2012	2013	2012
(Ganho)/perda atuarial líquido	\$ (26.963)	\$ 8.468	\$ (18.242)	\$ 5.221
Amortização de:				
Obrigações de transição	—	—	(174)	(174)
Perda atuarial líquida não reconhecida	(2.585)	(1.593)	(1.243)	(728)
Custo de serviços anteriores	(14)	(14)	—	(920)
Total reconhecido em Outras (receitas)/ perdas abrangentes	(29.562)	6.861	(19.659)	3.399
Total reconhecido em Custo periódico líquido de benefícios e Outras (receitas)/perdas abrangentes	\$ (22.215)	\$ 12.200	\$ (16.364)	\$ 6.804

O valor estimado de ganhos ou perdas atuariais líquidos, custo de serviços anteriores e obrigações iniciais líquidas para o Plano de Pensões e o PBPA, a ser amortizado de outros resultados abrangentes acumulados para o custo periódico líquido dos benefícios durante 2014, é de US\$ 7 para o Plano de Pensões e US\$ 174 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais empregadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, nas experiências passadas e nas melhores estimativas da administração quanto a mudanças futuras nos benefícios e a conjuntura econômica. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações por benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que ultrapassam 10% do que for maior na comparação entre a obrigação por benefícios e o valor de mercado dos ativos dos planos no início de 2013 são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviço dos participantes ativos com expectativa de recebimento de benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondente a cerca de 11,7 anos e 12 anos, respectivamente.

Os custos de serviços anteriores não reconhecidos são amortizados ao longo de 10,5 anos para o Plano de Pensões e ao longo de 2,2 anos para o PBPA. Em 31 de dezembro de 2009, ocorreu um aditamento de plano no PBPA de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

US\$ 4.600. Os custos de serviços anteriores não reconhecidos para esse aditamento foram totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2013.

A média ponderada das premissas usadas para calcular as obrigações por benefícios e o custo periódico líquido dos benefícios foi a seguinte:

	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2013	2012	2013	2012
<i>Média ponderada das premissas de cálculo das obrigações por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	4,85%	4,00%	4,99%	4,25%
Taxa de aumento na remuneração	4,30%	5,50%		

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2013	2012	2013	2012
<i>Média ponderada das premissas de cálculo do custo periódico líquido dos benefícios para exercícios encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	4,00%	4,75%	4,25%	5,00%
Retorno a longo prazo esperado sobre os ativos do plano	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	5,50%		

A taxa anual de retorno esperada sobre os ativos dos planos reflete a taxa histórica de retorno das categorias de ativos utilizados pelos planos e a aplicação conservadora dessas taxas de retorno na formulação das alocações de ativos conforme a política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas para definir a obrigação por benefícios são escolhidas levando-se em conta as taxas de final de ano dos títulos privados com classificação AAA e AA. A taxa de inflação utilizada é a inflação implícita para 30 anos, derivada de notas do Tesouro dos EUA nominais e reais, com duração de 20 anos.

Para os participantes com previsão de aposentadoria nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi definida usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência médica:

	PBPA	
	2013	2012
Previsão de declínio da taxa de tendência dos custos (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2018	2018
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica presumida para o próximo exercício</i>		
Custos médicos (não Medicare)	7,00%	7,50%
Custos médicos (Medicare)	6,00%	6,50%
Medicamentos	6,50%	7,00%
Custos odontológicos	4,50%	5,00%
Custos de aposentadoria fora dos Estados Unidos*	6,00%	6,50%

*Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com suposição de aposentadoria fora dos Estados Unidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

As taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica têm um impacto significativo sobre os montantes informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nessas taxas teria os seguintes efeitos:

EM MILHARES DE US\$	AUMENTO DE UM PUNTO PERCENTUAL		REDUÇÃO DE UM PUNTO PERCENTUAL	
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO			
	2013	2012	2013	2012
Efeito sobre o total dos componentes de custos de serviços e de juros	\$ 1.154	\$ 1.139	\$ (818)	\$ (804)
Efeito sobre a obrigação por benefícios pós-aposentadoria	10.965	12.669	(8.027)	(11.532)

Ativos dos planos

Os gestores de investimento para os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são basicamente funcionários do BID que recebem orientações sobre investimentos com base nas próprias políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento com alocações de ativos estratégicos de longo prazo foram criadas com a expectativa de que os retornos sejam suficientes para o atendimento das exigências de capitalização de longo prazo. As políticas incluem investimentos em títulos de renda fixa e títulos com correção monetária dos Estados Unidos para proteção parcial contra os efeitos de variações nas taxas de juros e de fatores inflacionários sobre os passivos do Plano de Pensões e do PBPA, bem como para proteção contra desinflação.

Os ativos do Plano de Pensões são investidos com uma meta de alocação entre 45% e 61% em um pool bem diversificado de ações de mercados emergentes e desenvolvidos, e exposições de 3% em dívida de mercados emergentes, 3% em futuros de índices de commodities, 0% a 2% em imóveis públicos, 2% a 3% em imóveis privados e 0% a 2% em títulos de renda fixa de alto rendimento. Os ativos do Plano de Pensões também são investidos com exposições de 5% em títulos de renda fixa básica, 15% em títulos de renda fixa de longo prazo e 15% em títulos e valores mobiliários com correção monetária dos Estados Unidos.

Os ativos do PBPA são investidos com uma meta de alocação entre 46% e 62% em um pool bem diversificado de ações de mercados emergentes e desenvolvidos, e exposições de 3% em dívidas de mercados emergentes, 3% em futuros de índices de commodities, 3% em imóveis públicos e 2% em títulos de renda fixa de alto rendimento. Os ativos do PBPA também são investidos com exposições de 15% em títulos de renda fixa de longo prazo, 5% em títulos de renda fixa básica e 15% em títulos com correção monetária dos Estados Unidos.

As metas de alocação da política de investimentos em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

	PLANO DE PENSÕES	PBPA
Ações dos Estados Unidos	25%	26%
Ações de outros países	24%	24%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	15%	15%
Títulos de renda fixa de longo prazo	15%	15%
Títulos de renda fixa básica	5%	5%
Ações de mercados emergentes	4%	4%
Títulos de dívida de mercados emergentes	3%	3%
Índices futuros de commodities	3%	3%
Renda fixa de alto rendimento	2%	2%
Imobiliário, público	2%	3%
Imobiliário, privado	2%	0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Os riscos são administrados por monitoramento contínuo de cada nível de categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são redistribuídos com base nas metas de alocação da política de investimentos, conforme permitido pelos fluxos de caixa e com exercícios mensais de redistribuição. Como regra geral, os gestores de investimento não podem aplicar mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, exceto quando este for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos exige a aprovação específica de cada instrumento pelo Comitê de Investimentos do BID.

Os quadros abaixo apresentam a classificação dos investimentos do Plano de Pensões e do PBPA em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, mensurados ao valor justo e apresentados em conjunto com sua alocação em média ponderada, por nível, dentro da hierarquia de valor justo. Esses investimentos são classificados integralmente com base no nível mais baixo de inclusão de dados que seja significativo para a mensuração ao valor justo, com exceção de fundos de investimento cuja classificação na hierarquia de valor justo dependa da possibilidade de resgate de suas ações correspondentes pelo respectivo valor patrimonial líquido no curto prazo.

PLANO DE PENSÕES

EM MILHARES DE US\$	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	31 DE DEZEMBRO DE 2013	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
Fundos de ações e participações:					
Ações dos Estados Unidos	\$ 4.026	\$ 16.139	\$ —	\$ 20.165	26%
Ações de outros países	5.921	12.349	—	18.270	24%
Ações de mercados emergentes	4	3.104	—	3.108	4%
Imobiliário, público	1.365	—	—	1.365	2%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Títulos de renda fixa de longo prazo	3.689	7.592	—	11.281	15%
Títulos de renda fixa básica	3.601	—	—	3.601	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	1.506	—	1.506	2%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	10.960	—	—	10.960	14%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	2.297	—	2.297	3%
Fundos de investimento imobiliário:					
Imobiliário, privado	—	—	1.811	1.811	2%
Fundos de investimento de curto prazo					
	2.051	593	—	2.644	3%
	\$ 31.617	\$ 43.580	\$ 1.811	\$ 77.008	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

PLANO DE PENSÕES

EM MILHARES DE US\$	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	31 DE DEZEMBRO DE 2012	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
Fundos de ações e participações:					
Ações dos Estados Unidos	\$ 3.530	\$ 13.101	\$ —	\$ 16.631	25%
Ações de outros países	5.184	11.207	—	16.391	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.796	—	2.796	4%
Imobiliário, público	1.271	—	—	1.271	2%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Títulos de renda fixa de longo prazo	4.924	4.969	—	9.893	15%
Títulos de renda fixa básica	3.115	—	—	3.115	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	1.345	—	1.345	2%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	—	2.076	—	2.076	3%
Títulos de dívida de mercados emergentes	9.891	—	—	9.891	15%
Fundos de investimento imobiliário:					
Imobiliário, privado	—	—	1.498	1.498	2%
Fundos de investimento de curto prazo					
	1.375	887	—	2.262	3%
	\$ 29.290	\$ 36.381	\$ 1.498	\$ 67.169	100%

PBPA

EM MILHARES DE US\$	NÍVEL 1	NÍVEL 2	31 DE DEZEMBRO DE 2013	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 16.006	\$ 16.006	27%
Ações de outros países	—	14.072	14.072	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.310	2.310	4%
Fundos de investimento imobiliário público	1.626	—	1.626	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Títulos de renda fixa de longo prazo	3.166	5.421	8.587	15%
Títulos de dívida de alto rendimento	—	1.148	1.148	2%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	1.633	1.633	3%
Títulos de renda fixa básica	2.850	—	2.850	5%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	8.314	—	8.314	14%
Fundos de investimento de curto prazo	1.977	—	1.977	3%
	\$ 17.933	\$ 40.590	\$ 58.523	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

EM MILHARES DE US\$	PBPA			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	31 DE DEZEMBRO DE 2012	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 14.305	\$ 14.305	29%
Ações de outros países	—	12.044	12.044	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.030	2.030	4%
Fundos de investimento em imobiliário público	1.484	—	1.484	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Títulos de renda fixa de longo prazo	4.078	3.278	7.356	15%
Títulos de dívida de alto rendimento	—	998	998	2%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	1.499	1.499	3%
Títulos de renda fixa básica	2.219	—	2.219	4%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	7.233	—	7.233	15%
Fundos de investimento de curto prazo	174	189	363	1%
	\$ 15.188	\$ 34.343	\$ 49.531	100%

O investimento em títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos — uma técnica de avaliação em consonância com a abordagem de mercado — inclui ações dos Estados Unidos e de outros países, fundos mútuos de renda fixa e títulos do Tesouro dos Estados Unidos com correção monetária. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Conforme exigido pela estrutura para mensuração pelo valor justo, não foram feitos ajustes nos preços cotados para esses títulos e valores mobiliários.

Nas combinações de fundos de títulos de dívida e de participação societária dos mercados emergentes com os fundos de investimento de curto prazo, sem negociação pública, eles são mensurados ao valor justo com base no valor patrimonial dos fundos de investimento e são classificados como Nível 2, já que podem ser resgatados com o destinatário do investimento no curto prazo, pelo respectivo valor patrimonial por ação na data da mensuração. Essa técnica de avaliação está em consonância com a abordagem de mercado.

Os fundos privados de investimento imobiliário são mensurados ao valor justo com base em seu valor patrimonial líquido e são classificados como Nível 3, já que é incerto o prazo necessário para resgatar esses investimentos. As premissas para avaliação nesses fundos de investimento incluem o valor de mercado de propriedades similares, os fluxos de caixa descontados, o custo de reposição e a dívida pendente na propriedade (capitalização direta). Esses métodos são técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de custos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

Variações em ativos do Nível 3 mensurados com regularidade ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

EM MILHARES DE US\$	MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO PARA OS INVESTIMENTOS DO PLANO DE PENSÕES UTILIZANDO DADOS NÃO OBSERVÁVEIS E SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
Em 1º de janeiro de 2012	\$ 1.284
Total de ganhos, líquido	214
Distribuições do resultado e vendas	—
Em 31 de dezembro de 2012	\$ 1.498
Em 1º de janeiro de 2013	1.498
Total de ganhos, líquido	313
Distribuições do resultado e vendas	—
Em 31 de dezembro de 2013	\$ 1.811

O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, incluído em variações no valor contábil de investimentos do Plano de Pensões atribuíveis a variação em ganhos líquidos não realizados, com respeito aos ativos detidos, foi de US\$ 313 (ganho líquido de US\$ 214 em 31 de dezembro de 2012).

Fluxos de caixa

As contribuições da Corporação para o Plano de Pensões e para o PBPA, previstas para 2014, são aproximadamente de US\$ 2.200 e US\$ 3.509, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em dinheiro.

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

O quadro abaixo resume os pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros, conforme cabível, com previsão de pagamento em cada ano do próximo quinquênio e cumulativo nos cinco anos subsequentes. Esses montantes baseiam-se nas mesmas premissas usadas para mensurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2013.

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES	PBPA
<i>Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros</i>		
1º de janeiro de 2014 – 31 de dezembro de 2014	\$ 2.006	\$ 662
1º de janeiro de 2015 – 31 de dezembro de 2015	2.191	726
1º de janeiro de 2016 – 31 de dezembro de 2016	2.491	833
1º de janeiro de 2017 – 31 de dezembro de 2017	2.634	930
1º de janeiro de 2018 – 31 de dezembro de 2018	2.790	1.024
1º de janeiro de 2019 – 31 de dezembro de 2023	18.762	7.242

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO)

16. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

A Corporação administra para doadores, inclusive países-membros e outras entidades, recursos destinados a finalidades específicas, entre as quais cofinanciamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e programas de pesquisa e treinamento. Esses recursos são detidos em termos fiduciários pela Corporação e não são combinados com os recursos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos recursos recebidos. Essa taxa é indicada como taxa por serviços de consultoria na demonstração do resultado.

FSC

FSC

FSC



MISTO
Papel proveniente de
fontes responsáveis
FSC® C100555



www.iica.org

ISSN 2075-9681

